

ESPECIAIS

Fio d'água

Roberto Castro/AE

Tocantins seca para formação do lago da Usina Serra da Mesa: maior que o de Itaipu

Reservatório de hidrelétrica seca 40 km do Rio Tocantins

JOSÉ CASADO

Minaçu

Esteio de uma das quatro principais bacias hidrográficas do País, o Rio Tocantins, um dos maiores da Amazônia, está totalmente seco num trecho de 40 km na fronteira norte de

Goiás. Suas águas foram represadas pela Furnas Centrais Elétricas, que constrói a Usina Serra da Mesa, na região de Minaçu, 200 km acima de Brasília. O rio pode continuar seco por dois anos, até a formação do reservatório.

Página A28

Documentação

Fonte: OESP

Data: 17/11/96

Class: Fica Comprova

210

FURNAS DEIXA RIO TOCANTINS SECO

Roberto Castro/A



Leito do Tocantins, que pertence a uma das principais bacias hidrográficas do País; rio poderá continuar seco por mais dois anos, até que o reservatório da hidrelétrica fique completamente cheio

Formação de lago da Usina Serra da Mesa esvazia rio de um lado para inundar área de 1,7 mil km de outro

JOSE CASADO
Enviado especial

MINAÇU — O Rio Tocantins, um dos maiores da Amazônia, está totalmente seco em um trecho de 40 quilômetros na fronteira norte de Goiás. Suas águas foram represadas pela estatal Furnas Centrais Elétricas, que constrói a Usina Serra da Mesa, na região de Minaçu, 200 quilômetros acima de Brasília.

Tocantins é o esteio de uma das quatro principais bacias hidrográficas do País. Poderá continuar seco pelos próximos dois anos, até que Furnas consiga encher o reservatório da hidrelétrica.

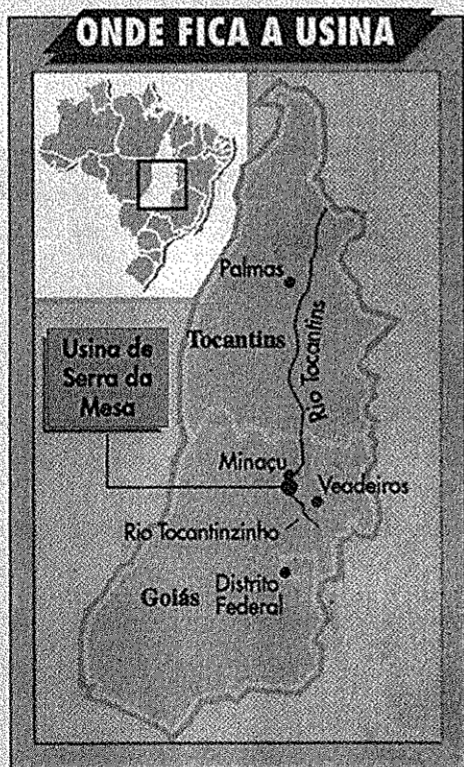
No lado sul da usina, a enchente já começou. A água sobe cerca de 2 centímetros por dia. Vai inundar uma área de 1,7 mil quilômetros (maior que o município de São Paulo), engolindo mata virgem, fauna, fazendas, jazidas de ouro, níquel e nióbio, dezenas de sítios arqueológicos com mais de 5 mil anos e parte da reserva dos índios avá-canoeiros.

Furnas está usando os vales goianos, formadores do Tocantins, para criar um lago maior que o de Itaipu. Quando estiver cheio, vai sustentar três turbinas instaladas em Serra da Mesa. Juntas, elas terão capacidade de produzir 1,2 mil megawatts de eletricidade. Isso equivale a um décimo da potência da hidrelétrica de Itaipu. É energia suficiente para abastecer apenas uma cidade de tamanho médio, como Brasília.

Mas, para Furnas, a barragem de Serra da Mesa é uma megatransação empresarial com dupla motivação. Primeiro, porque a usina é o único projeto bilionário (R\$ 1,03 bilhão de custo estimado) a sair das pranchetas de seus engenheiros na última década e meia.

Nesse intervalo, a estatal amargou o fiasco do programa nuclear e a inexistência de novos projetos energéticos. A obra em Serra da Mesa permaneceu sete anos virtualmente paralisada. Agora foi retomada em ritmo acelerado, sob a justificativa de uma possível escassez de energia no País nos próximos dez anos.

Horizonte — O segundo motivo é que Furnas enxerga na bacia planáltica do



Tocantins (com 803,2 mil quilômetros quadrados) um novo horizonte para seus negócios. Por isso, está criando um lago desproporcional ao tamanho da usina. Mais do que fazer rodar as três turbinas de Serra da Mesa, o gigantesco lago vai ser usado pela estatal como instrumento para regularizar a força da correnteza do Tocantins, possibilitando o "plantio" de meia dúzia de novas hidrelétricas sobre seu leito.

O reservatório cheio até abril de 1998 significa a abertura de um leque de bilionárias oportunidades para essa corporação, que ganha dinheiro projetando, construindo e operando usinas.

Tal perspectiva independe de eventual privatização da sua área de produção de energia. Pois como ocorre nas outras estatais do setor, os engenheiros de Furnas acreditam que essa companhia pública vai sobreviver, cada vez mais especializada na venda de serviços de engenharia.

O problema de Furnas e de seus engenheiros é que nada disso foi combinado com a natureza ou com a sociedade ri-

beirinha. Nas últimas semanas, a estatal tornou-se protagonista do principal embate ecológico em curso na Justiça brasileira. Foi levada aos tribunais sob acusação de atropelar toda a legislação ambiental e provocar um desastre ecológico em uma das maiores reservas biológicas do planeta. "Acho que vamos virar um símbolo da questão ambiental no setor energético", suspeita Luiz Laércio Simões Machado, presidente da empresa.

Autorização — Ele queria fechar as comportas da usina, para represar o Tocantins, no início de outubro. Foi impedido por uma ação da Procuradoria da República, alegando que Furnas não tinha autorização do Congresso, dos órgãos ambientais e nem do governo goiano para alagar uma área maior que o município de São Paulo. Apoiada pelo senador Íris Resende (PMDB-GO), a estatal conseguiu tudo numa única noite (dia 24 de outubro), ao mesmo tempo em que fechava as comportas, inundando de um lado e secando o rio de outro.

"Se não fizessemos assim, ficaríamos com a obra parada por um ano, até o próximo período de chuvas", diz Machado, "e não temos dinheiro em caixa para esperar tanto tempo; afinal, essa é nossa primeira grande obra em 15 anos".

Na semana passada, os procuradores federais Rosângela Pofahl Batista e Mário Lúcio de Avelar viajaram até Serra da Mesa para ver os efeitos iniciais do fechamento das comportas. Voltaram pedindo a anulação da licença de operação da usina, dada pelo governo de Goiás. Ela argumenta: "Não cumpriram nem os acordos de última hora que fizeram com o governo para obter a licença. Estamos diante de uma tragédia ecológica produzida pela prepotência e pela impunidade. Esse projeto ficou dez anos parado e Furnas, até agora, não fez nada para atenuar os danos ambientais."

Avelar acrescenta: "Furnas resolveu revogar a Constituição, todas as leis ambientais e acordos feitos, criando fatos consumados. Só neste ano é que seus diretores lembraram de pedir a licença necessária para operar a usina. Conseguiram, sob o compromisso de manter uma vazão mínima do rio. E nem isso fizeram. O Tocantins está lá, seco."

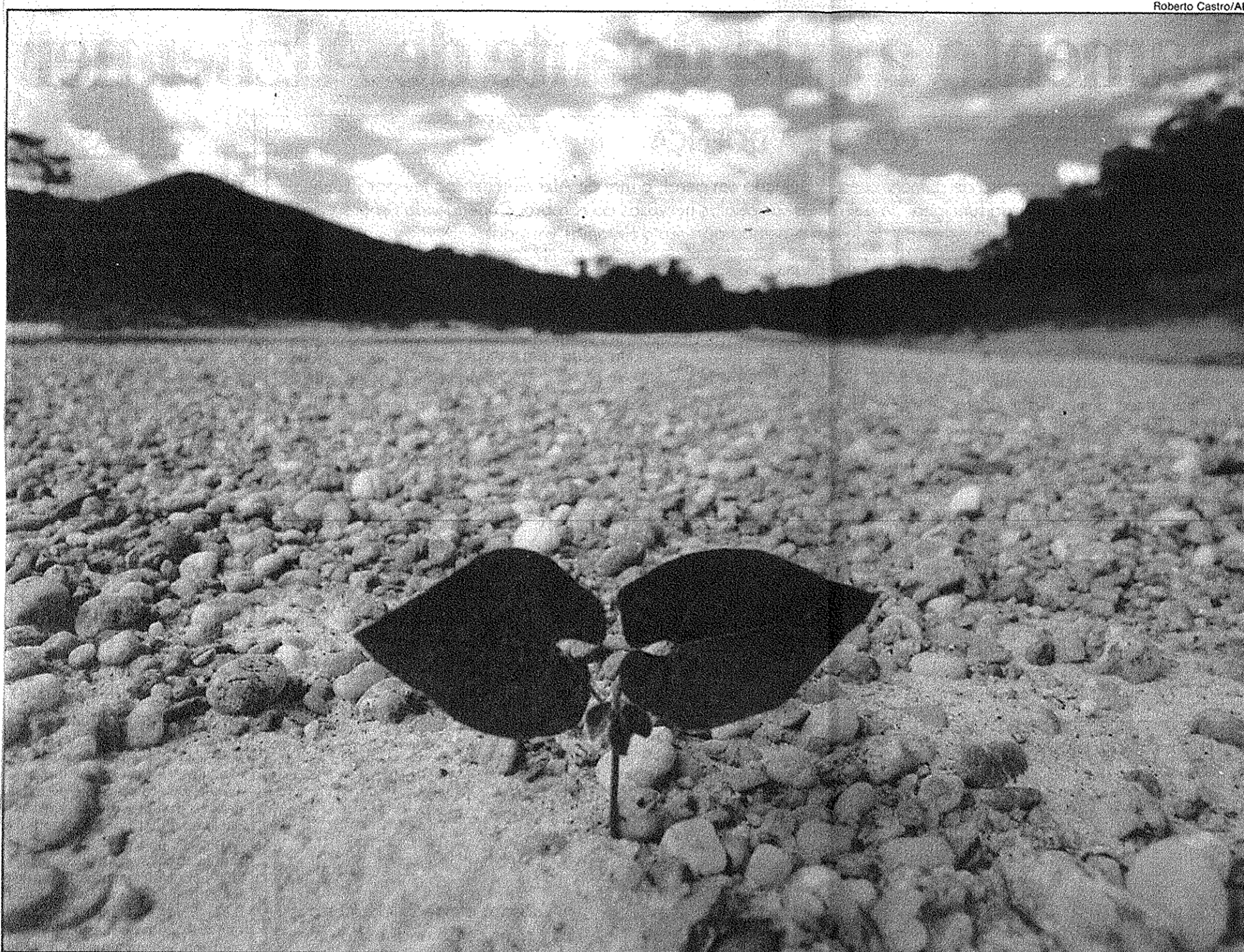


Roberto Castro/A

Barragem da Usina de Serra da Mesa: primeiro negócio bilionário de Furnas em 15 anos

ENERGIA SÓ DARÁ
PARA ABASTECER
CIDADE COMO
BRASÍLIA

Documentação
 OESD
 17/11/96
 210 (cont) 429



Roberto Castro/AE

Planta nasce no leito seco do Tocantins: estudo sobre impacto ambiental aponta redução das espécies da região por não adaptação a nova condição ambiental

Usina foi construída à margem da lei ambiental

Projeto foi executado sem licença e sem estudos de impacto ecológico, como determina a Constituição

JOSE CASADO
 Enviado especial

MINAÇU — Minaçu é desses lugares onde todos vivem à espera do dia da partida. Há uma década e meia a cidade funciona no ritmo do canteiro de obras de Serra da Mesa, distante 80 quilômetros do centro. Nele trabalham 5 mil pessoas. Em função dele, sobreviveram outras 20 mil. Ao pé da serra, o aluguel sobe e o valor dos imóveis desce a cada avanço no cronograma de obras da usina. Aumenta o fluxo de residentes por causa da oferta de emprego. Mas diminui o número de proprietários, porque ninguém está apostando em prosperidade depois de abril de 1998, quando a primeira turbina deve começar a girar. Para a maioria, é quando acaba o trabalho.

Na semana passada, a novidade na paisagem modorrenta de Minaçu era a seca do leito do Tocantins. Ela é o resultado mais recente e visível de uma opção política que se repete, por diferentes governos: a prioridade absoluta é, sempre, o aumento da capacidade de produção de energia, não importando os custos de construção das usinas e, muito menos, a dimensão dos prejuízos ambientais à sociedade.

Serra da Mesa pode ser considerada um novo emblema dessa forma arcaica de gerência dos negócios públicos. O projeto surgiu em 1979, no fim de uma etapa de grande expansão da economia. O governo achava que iria faltar energia para garantir a continuidade do crescimento econômico. A obra só foi iniciada em 1984, já em plena recessão. E estancou três anos depois, por absoluta falta de dinheiro.

No início do governo Fernando Henrique, Furnas viu na parceria com um grupo privado a oportunidade de garantir crédito de uma agência governamental (BNDES) para continuar seu bilionário projeto — o primeiro dessa estatal depois de uma década e meia de crise.

Furnas escolheu para sócio a Nacional Energética, subsidiária do Banco Nacional. Na época, o conglomerado Nacional enfrentava dificuldades e o Banco Central já havia recolhido sinais sobre a superfraude na tesouraria do banco da família Magalhães Pinto. Furnas deu ao Nacional 51,5% da produção de energia em Serra da Mesa. Ficou com 48,4%. Um ano depois, o conglomerado Nacional foi à bancarrota. Mas o projeto da hidrelétrica já estava sendo tocado por Furnas — agora, sob a justificativa da insuficiência de energia para garantir o crescimento da economia no ciclo do Plano Real. Até então, a estatal não dispunha sequer de licença governamental para instalação da usina, muito menos estudos sobre seu impacto ambiental, exigências feitas tanto pela Constituição quanto pela legislação setorial. Mas Furnas continuou as obras.

Seus advogados construíram o argumento do "direito adquirido até mesmo sobre a Constituição", como a obra começou dois anos antes da reforma da Carta e das leis ambientais — mesmo paralisada por quase uma década —, a empresa se considerou desobrigada de seguir as regras de proteção ecológica. "Uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) deu isenção aos projetos já inicia-

dos", repete Luiz Laércio Simões Machado, presidente de Furnas. A resolução (número 006), editada um ano antes da nova Carta, foi feita para liberar projetos hidrelétricos como Serra da Mesa e Porto Primavera (SP) de restrições ambientais. "Mas não existe passado para uma Constituição, como também não existe direito adquirido sobre o ambiente", retruca Rosângela Batista, procuradora da República em Goiás.

Três semanas atrás, depois de uma batalha judicial, Furnas fechou as comportas do Rio Tocantins. O juiz Mauro Leite Soares, do Tribunal Regional Federal (DF) deu a permissão. Considerou que um atraso na obra poderia causar "dano à economia pública". Furnas deu ao juiz a seguinte versão sobre esse suposto dano: "Como não haverá prazo hábil para antecipar projetos que compensem tal perda de geração, a sociedade estará sujeita a um prejuízo econômico estimado em US\$ 500 milhões, decorrente do aumento nos níveis de racionamento (com conse-

quente desemprego) e da elevação nos gastos com combustíveis para geração térmica."

A matemática de Furnas não inclui a contabilidade ambiental. Não há estudos sobre os efeitos da usina e do seu imenso lago no ambiente e na vida das comunidades ribeirinhas. O que existe é um sumário do prejuízo potencial encomendado pela estatal a uma consultoria, a Internacional de Engenharia.

Eis alguns dos danos previstos, conforme dados desse relatório:

- Desaparecimento de 1,1 mil quilômetros quadrados de campos, 236 quilômetros quadrados de cerrado e 131 quilômetros quadrados de mata sob o lago de Serra da Mesa, na área entre os Estados de Goiás e do Tocantins, em cinco municípios (Barro Alto, Campinaçu, Campinorte, Cavalcante, Minaçu, Niquelândia e Uruaçu).
- Morte, por afogamento, de parte substancial da fauna regional. Prevê-se a extinção, na área atingida, de espécimes como onça-pinta-

lobo-guará, tamanduá-bandeira e tatu-bola. A tendência é de redução da diversidade, entre espécies sobreviventes, por não adaptação às novas condições ambientais.

- Destruição de pelo menos 57 sítios arqueológicos. Duas dezenas são do período pré-histórico. Em Pedra Talhada, a 65 metros de altura, arqueólogos catalogaram 400 pinturas rupestres.

- Multiplicação de focos de doenças (como leishmaniose, febre amarela e malária) na bacia do Tocantins. É o efeito provável do aumento da concentração de poluentes (nitratos, agrotóxicos e efluentes domésticos) na área a ser alagada. O ambiente passa a ser favorável à disseminação de vetores dessas doenças. Técnicos da Fundação Nacional de Saúde estão orientando a população de Minaçu a se manter afastada do leito seco do Tocantins.
- Migração de garimpeiros para o leito seco do Tocantins. A região foi colonizada a partir do final do século 18, quando colonos mamelucos da povoação de São Paulo trocaram o comércio de índios escravizados pela fortuna na lavra de ouro. Agora, com 40 quilômetros do Tocantins rio seco, prevê-se o retorno em massa dos garimpeiros.



Roberto Castro/AE

Putdjawa e Trumak, as crianças avá-canoeiros: pais evitam mais filhos para não ter problema em caso de fuga

Estatal ocupa reserva indígena dos avá-canoeiros

Os seis sobreviventes da tribo perderam área de preservação por medida tomada durante uma noite de outubro

Restam seis. Iwai, de 35 anos, é o homem de três mulheres: a líder Matcha (58), a pajé Nakwatcha (52), e Thuya (25), que lhe deu Trumak (9) e Putdjawa (7). É tudo que sobrou de mais genuíno dos canoeiros, em Goiás. São os avás, que em tupi quer dizer canoeiros.

Com eles, os colonizadores dos séculos 18 e 19 jamais conseguiram efetivar contatos pacíficos — conta a historiadora Dulce Rios Pedroso, autora de um dos raros livros sobre esses índios que passaram à história com o nome de avá-canoeiros.

Prêmios — O governo goiano chegou a instituir prêmios, em 1852, para quem conseguisse capturar um avá com vida. O então presidente da província, Silva Gomes, desejava propor um acordo de paz à tribo, chamada de "invisível" porque ninguém conseguia localizá-la na floresta. Fracassou. Um de seus sucessores, Couto de Magalhães, escreveu sobre sua perplexidade ao constatar que esses índios, quando presos, optavam pela morte.

Na noite de 24 de outubro, o presidente Fernando Henrique deu à meia dúzia de avás remanescentes uma reserva de 38 mil hectares de floresta nativa, na Serra da Mesa. Muitos entendem que é terra demais para pouco índio. Mas nos mapas oficiais, a reserva existia havia uma década. Só agora foi oficializada.

Dentro dela está o canteiro de obras de Furnas, que constrói a hidrelétrica de Serra da Mesa. Na mesma noite em que o presidente tornava a reserva oficial, o governo conseguia do Congresso a autorização formal para construção da usina, que já está 60% executada. Com esse papel, a hidrelétrica passou a existir oficialmente, conforme as exigências da lei — nove anos depois de iniciada.

Quase simultaneamente, Furnas fechava as comportas sobre o Rio Tocantins: a água vai cobrir 10% da reserva dos avás.

Nakwatcha, a avá-pajé, não se incomoda. Nem os outros cinco. Tudo o que pretendem é sobreviver da melhor forma possível. É o que melhor sabem fazer: com Matcha, a mais velha, carregando Iawi e Thuya, passou mais de 15 anos naquela floresta, escondida em cavernas (itakwaga, como chama), fugindo da tribo branca que, certo dia, apareceu na sua aldeia e matou todos — ela conta com detalhes, em português gaguejante, como viu sua mãe ser morta e, depois, estuprada.

Perigo — Para eles, a vida tem duas coisas importantes. Uma é não ter mais filhos. "Menino acabou, morreu tudo, homem matou", diz Nakwatcha. "Menino não, não e não, Iawi bravo", repete Thuya. Criança chora, atrapaíha na fuga. E eles acham que é preciso estar pronto para fugir. Sempre.

A segunda coisa fundamental são os morcegos. A receita da iguaria avá: derruba-se o bicho com vara, ele já cai desacordado. Leva-se direto à chapa no fogão a lenha ou deixa-se próximo à brasa. Se for grande, deve-se abrir a barriga, depois de levemente assado. Servir com sal. Conforme o paladar, pode-se acrescentar cebola e alho.

Furnas já gastou R\$ 1 milhão na construção de pequenas edificações, pontes e estradas de terra na reserva dos avás. Oficialmente, é para benefício da meia dúzia de índios, mas na vida real tem sido para uso da própria empresa. Sua conta inclui cinco "ocas" novas para a tribo e um posto da Funai. A mudança foi inevitável, porque a aldeia antiga margeava um trecho do Tocantins, agora totalmente seco.

Os avás e seus 5 mil vizinhos (posseiros e fazendeiros) de semi-isolamento nas margens do Tocantins, entre as cidades de Minaçu e Niquelândia, foram surpreendidos por Furnas.

De um lado o rio secou. De outro começou uma inundação. Tudo ao mesmo tempo, nas duas últimas semanas. De repente, apareceram agentes de saúde apelando para que ninguém chegasse perto do leito seco do rio e alertando sobre o perigo de epidemias em toda a região, especialmente a malária. E veio o boato sobre uma invasão de garimpeiros. Em Minaçu, fala-se numa legião de 5 mil a 10 mil homens. Os primeiros já desembarcaram. Algumas dragas foram apreendidas pela Polícia Florestal, que prevê o retorno, em massa, quando a notícia sobre a seca do rio chegar aos garimpos da Amazônia. Seria uma nova corrida do ouro.

Os avás e seus vizinhos custaram a entender o que havia ocorrido: Furnas não avisou que estava represando as águas do Tocantins.